

O MARANHÃO EM TEMPOS DE MILAGRE: POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA NO GOVERNO SARNEY (1966-1970)

Raíssa Caroline Macau Mendes¹

A compreensão e desenvolvimento dos estudos históricos sobre o Regime Empresarial-Militar instaurado em 1964 perpassam pela nova tendência da historiografia atual em se abordar a História do Tempo Presente, sobretudo, no recorte de 1950 a 1960 anos (MARANHÃO FILHO, 2009). Com a decorrente democratização das fontes provenientes dos acervos da política, cabe a nós, historiadores, sabermos problematizar de maneira competente todos os discursos ali presentes, direta ou indiretamente. A partir desse novo olhar sobre documentos ainda não investigados e explorados, importantes abordagens históricas a serem reveladas trarão novos olhares e debates tanto no âmbito da academia quanto da sociedade. Democratizar os acervos documentais sobre o período da Ditadura Empresarial-Militar, e esmiuçá-los em todas as suas perspectivas, identificado os erros de um período tão nefasto da História Contemporânea Brasileira, servirão de exemplo para que as falhas do passado não se repitam e jamais sejam esquecidas.

O objetivo deste trabalho é analisar a política econômica do Maranhão no período conhecido como “Milagre Maranhense”, marcado pela aprovação da Lei de Terras de 1969, conhecida como “Lei de Terras Sarney” e pela implementação do Projeto Grande Carajás - sendo esse posto em prática na década de 70 já no governo de João Castelo - (KOWARICK, 1995) e pelos altos índices de desenvolvimento nos setores de infraestrutura, consumo de bens duráveis, na educação e cultura. As páginas que se seguem, todavia, enfocará prioritariamente a política proposta por José Sarney na campanha eleitoral. A ideia presente no slogan do governo de José Sarney de um “Maranhão Novo” era, entre outros pontos, atrair grandes investimentos e trazer um novo momento de mudanças que outrora estava na “obscuridade corrupta” de Vitorino Freire.

Na análise dos jornais publicados no Maranhão, as reflexões aqui apresentadas apropriam-se da conceituação gramsciana de aparelhos privados de hegemonia, responsáveis pela criação de consenso em torno de um projeto que se pretende hegemônico. Além disso, conceitos como: hegemonia, consenso, coerção e intelectual orgânico serão a base para a discussão teórico-metodológica na amplitude da fonte e do objeto.

A análise aqui construída constitui-se em um passo para o entendimento do Maranhão na lógica da Ditadura Empresarial-Militar e, assim, entender o que de fato foi o projeto do “Maranhão Novo”, em destaque o “Milagre Maranhense”, através dos jornais maranhenses e da literatura disponível sobre o assunto.

Os Embates Historiográficos

Em função da ampla discussão sobre a caracterização conceitual do Golpe de 1964 que destituiu João Goulart, faz-se necessária a apresentação de algumas obras sobre o tema, sem a pretensão de esgotá-lo.

¹ O trabalho aqui apresentado foi desenvolvido no âmbito do projeto “Em Tempo de Maranhão Novo: Política e Economia no Maranhão durante a Ditadura Empresarial-Militar Brasileira” orientado pela Prof^a Dr^a Monica Piccolo e financiado pela FAPEMA. Premiado no XXVIII SEMIC/UEMA com Melhor Iniciação Científica e Bolsista PIBIC Destaque da Iniciação Científica.

Uns dos primeiros autores que escreveram sobre o Golpe foi brasalianista² Thomas Skidmore. Em sua obra *Brasil: de Castelo a Tancredo* (1988), Skidmore traça uma linha de todo o período militar, destacando as particularidades de forma descritiva. Segundo o autor, a “Revolução” fora fundamental por dois objetivos, assim, o estabelecimento de uma ordem que teria duração de 21 anos, seria a explicação para a incorporação do golpe.

Os conspiradores militares e civis que depuseram João Goulart em março de 1964 tinham dois objetivos. O primeiro era “frustrar o plano comunista de conquista do poder e defender as instituições militares”; o segundo era restabelecer a ordem de modo que se pudessem executar reformas legais. (SKIDMORE, 1988, p.45).

Para Skidmore, a instauração desses dois momentos foi a engrenagem para o estabelecimento do Golpe, acusando o então presidente João Goulart por “alianças comunistas” e pelo início de uma possível guerra civil pela tomada de poder (SKIDMORE, 1988). Durante toda a obra, o autor não se preocupa em demonstrar seu referencial teórico para a explicação dos acontecimentos; simplesmente cita o ocorrido durante o período, em uma sucessão de fatos narrados, sem qualquer problematização teórica ou conceitual.

Ainda sobre a caracterização do Golpe, Carlos Fico (2004,) com sua obra intitulada *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*, destaca que a discussão começa fora do âmbito acadêmico, principalmente, nas colunas jornalísticas dos jornais. Fico inicia sua exploração com a deposição de João Goulart e a implantação do Regime Civil-Militar em março de 1964, destacando que já havia uma articulação dessa ação. Sobre isso afirma que,

muitos deles vinham participando de prolongada campanha de desestabilização do governo João Goulart, sobretudo através de atividades de propaganda política variada, capitaneadas pelo IPES (Instituto de Pesquisa e Estado Sociais) e pelo IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que afirmavam a incompetência do governo e sua tendência do governo e sua tendência esquerdista. O golpe estava marcado para alguns dias depois da movimentação de tropas precocemente iniciada no dia 31 em Juiz de Fora (MG) pelo general Olympio Mourão Filho. (FICO, 2004, p. 15).

Carlos Fico ressalta a presença significativa do IPES/IBAD, que já havia sido discutida com maior teor pelo autor uruguaio René Armand Dreifuss (1987) em sua obra intitulada *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, que ressalva que esses aparelhamentos foram compostos pelos tecno-empresários, agentes inseridos na política e nos aparelhos civis que, de acordo com o conceito gramsciano adotado, são apresentados como Intelectuais Orgânicos³, responsáveis pela nacionalização de um projeto para que se torne hegemônico. Alguns desses tecno-empresários estão presentes iminentemente nos projetos políticos e econômicos no governo brasileiro, sendo figuras influentes e responsáveis por muitos Planos Econômicos e Desenvolvimento no país.

Fico menciona que a política brasileira é de “caráter espetacular”, mostrando que o desenrolar de todas as ações foram articuladas, em um conceito gramsciano, por uma determinada classe hegemônica que então viria ao poder.

² Autores e pesquisadores que se dedicam ao estudo do Brasil.

³Os intelectuais orgânicos podem ou não colaborar na elaboração do projeto que poder vir a ser hegemônico, no entanto seu principal objetivo é a nacionalização do projeto.

O caráter espetacular da política, o brilho que emana do Estado, sempre marcou e continua marcando todos os que, como jornalistas ou historiadores, acompanhamos o desenrolar da vida social nos Estados modernos. (FICO 2006, p. 26).

Outro autor que discute o Golpe é José Paulo Netto, na obra *Pequena História da Ditadura Brasileira*, em que relaciona o movimento golpista com “os setores reacionários da sociedade brasileira” (NETTO, 2004, p.17). Além disso, trata a atuação e colaboração dos Estados Unidos e das empresas norte-americanas atuantes no país. José Netto caracteriza o regime como *reacionário*, quer dizer, a articulação do golpe estava hostil à democracia. Ele destaca os interesses imperialistas em prol de resolver a crise econômica do capitalismo brasileiro,

na sequência do golpe, as forças vitoriosas (o grande capital, nativo e estrangeiro, e o latifúndio) refuncionalizaram a estrutura do poder estatal de forma a resolver a crise econômica do capitalismo no Brasil à época, de modo a tender aos seus interesses na conjuntura de profundas modificações na divisão internacional do trabalho. (NETTO, 2014, p.78).

Percebe-se que no teor da obra de José Paulo Netto na perspectiva tomada está sob a ideia do capital financeiro estrangeiro em prol da classe burguesa brasileira para legitimar os projetos hegemônicos na esfera estatal e privada. Além disso, o autor trata das questões dos aparelhos repressivos e a singularidade dos aparelhos estatais do estado restrito, frisando as conjunturas que levaram no âmbito da sociedade civil, mas também a circulação do capital como forma de eliminar a crise econômica deixada pelos governos anteriores.

O historiador Marcos Napolitano sua obra intitulada *1964: História do Regime Militar Brasileiro* discute o período ditatorial, desde a derrubada de João Goulart em março de 1964, o que ele chama de “golpe de Estado tramado dentro e fora do país.” (NAPOLITANO, 2014, p.5), complementando o que José Paulo Netto elaborou sobre a participação estrangeira no golpe. No decorrer da obra, Napolitano compõe capítulos descrevendo cada episódio específico no decorrer dos 21 anos de Ditadura. Considera o golpe civil-militar um “carnaval das direitas” (NAPOLITANO, 2014, p.40), o que nos leva a hipótese de um golpe classe, também defendido por René Dreifuss. Em sua interpretação do golpe de 1964, demonstra as reações de ampla coalizão no setor civil-militar, de

Defendendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista, cujas origens estão muito além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango. *O golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira*, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais. O quadro geral da Guerra Fria, obviamente, deu sentido e incrementou os conflitos internos da sociedade brasileira, alimentando velhas posições conservadoras com novas bandeiras do anticomunismo. (NAPOLITANO, 2014, p.9-10. *Grifos nossos*).

Então, para Marcos Napolitano, o golpe dava início a uma divisão nos setores da sociedade brasileira, enfatizando as muitas diferenciações nos setores atuantes da política e economia, além de ter sido “o golpe de Estado um projeto de tomada do poder” (NAPOLITANO, 2014, p. 53), apontando que foi um projeto pensado, mesmo que “complexo, errático e multifacetado, mas ainda assim projeto” (NAPOLITANO, 2014, p.53).

O interessante de ser observado na obra de Marcos Napolitano é o destaque conferido ao projeto ditatorial em suas múltiplas dimensões, ou seja, política, econômica e cultural. Além disso, o autor destaca que a esquerda e os reformistas não foram vítimas da história e dos “golpistas maquiavélicos”.

A historiografia tem afirmado, com certa razão, que os reformistas e as esquerdas em geral não foram meras vítimas da história e de golpistas maquiavélicos. Estes se alimentaram dos erros e indecisões daqueles. Mas os erros políticos e o discurso radical das esquerdas, muitas vezes sem base social real para realizar-se, não devem descobrir um fator essencial. A opção do presidente em se aproximar dos movimentos sociais e das organizações mais radicais da esquerda foi vista com grande entusiasmo pelo campo reformista. Para eles, o presidente havia se decidido, finalmente, a ser o líder da revolução brasileira, o executor das reformas de base, “na lei ou na marra”, abandonando a política conciliatória. (NAPOLITANO, 2014, p. 53).

O próximo tópico da dinâmica da Ditadura é a questão da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, tendo como pioneira nessa análise a autora Maria Helena Moreira Alves em sua obra intitulada *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, que tem como objetivo mapear a seguinte relação,

é objetivo fundamental deste livro examinar, no contexto do regime militar brasileiro, as relações entre Estado e a oposição, determinadas pelos complexos mecanismos de dominação política e social vigentes no país desde 1964. Tais processos de mudanças inserem-se, entretanto, num contexto mais amplo: devem ser considerados em relação ao papel específico que a economia brasileira tem desempenhado no sistema econômico mundial. (ALVES, 1984, p.19).

Ao longo do texto a autora demonstra que a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND) estava inteiramente ligada à Ditadura e que, dessa forma, a ordem e manutenção do Regime eram funções desse projeto. Ainda destaca que o capitalismo foi uma válvula para as muitas mudanças na dinâmica ditatorial, ou seja, o capitalismo financeiro estrangeiro estava ligado e interligado na perspectiva do governo, influenciando as dinâmicas, o aparato do Estado Restrito e também o complexo dos aparelhos privados de hegemonia, sendo uma arma para a manutenção do Regime. Alves aponta as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento,

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi formulada pela ESG, em colaboração do IPES e o IBAD, num período de 25 anos. Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e planejamento administrativo periódicos. (ALVES, 1984, p. 35).

Sendo assim, a DSND, em sua essência, tinha como objetivo a manutenção do Regime, mas, para além disso, também atuava diretamente nos setores de informação e nos programas governamentais de cunho político-econômico. Contudo, o combate à subversão também faz parte dessas diretrizes instituídas pela ESG⁴ como teoria de

⁴Criada em 1949, a Escola Superior de Guerra (ESG) é um instituto de altos estudos e pesquisas no campo da segurança e defesa nacional. Tem por finalidade articular e consolidar conhecimentos voltados ao

guerra e eliminação do “inimigo interno”. O eixo da pesquisa da autora encontra-se no processo de institucionalização do regime, através dos Atos Institucionais.

Em uma outra perspectiva historiográfica, destaca-se a produção do uruguaio René Dreifuss, cuja obra *1964: A Conquista do Estado*, a partir dos conceitos na matriz gramsciana, é considerada como percussora das várias discussões conceituais que abriram o caminho para o entendimento da participação civil no golpe. Para Dreifuss, a vitória de 1964 foi articulada em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organizações do Estado Restrito que organizavam os interesses sócio-políticos do capital multinacional e associado, remetendo à figura civil dos *tecno-empresários* para a representação do capital pós-instalação do golpe.

Dreifuss sustenta sua hipótese mapeando as principais agências que estavam envolvidas na articulação, como o IPES, sublinhando a participação dos empresários, em estreito vínculo com o poder governamental como caminho para legitimação dos seus projetos. Assim, são os empresários ou tecno-empresários que representavam determinados projetos inscritos na sociedade.

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários[...] os empresários e tecno-empresários que ocuparam os setores-chave da administração do Estado e os Ministérios eram ativistas do complexo IPES/IBAD ou industriais e banqueiros, que compartilhavam das metas daqueles e que haviam contribuído para os esforços dirigidos pelo IPES para derrubar João Goulart. (DREIFUSS, 1981, p. 417).

Dreifuss caracteriza o regime ditatorial como uma forma de exercício do poder direto da fração de classe dominante, os empresários, sustentado pelas Forças Armadas. Essa aliança concretizou o projeto de destituição de Goulart e a instauração de um regime empresarial-militar e, conseqüentemente, a implantação dos projetos pensados pelos intelectuais orgânicos na nacionalização dos interesses do capital multinacional e associado no país.

Após a discussão conceitual do golpe e Regime Empresarial-Militar, é essencial apresentar a perspectiva econômica do período de 1966-1970, sobretudo, o período do chamado “Milagre Econômico, com destaque para o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que visava a superação do alto índice de inflação e a redução do Produto. Monica Piccolo menciona que “a política do PAEG primou por inovações bastante distintas daquelas que então vinham estruturando a política brasileira” (PICCOLO, 2012, p. 131), significando que esse Plano de Governo dava início a abertura para as políticas do “Milagre” se tornarem concretas.

Além disso, Monica Piccolo destaca a relação da política econômica governamental da regime ditatorial com o chamado de “Plano de Metas”, implementado durante o Governo de Juscelino Kubitschek. A aproximação dar-se-ia a partir dos seguintes elementos:

exercício das funções de assessoramento e planejamento da segurança nacional no âmbito do Ministério da Defesa.

A ESG oferece diferentes qualificações na área de defesa, tais como o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), o Curso Superior de Política e Estratégia (CSUPE), o Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados, o Curso Superior de Inteligência Estratégica e o Curso de Estado-Maior Conjunto. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/ensino-e-pesquisa/estudos-estrategicos/escola-superior-de-guerra-esg>>. Acessado em 19 de Janeiro de 2016.

Acumulação dos últimos cinquenta anos;
Expansão (prévia) do setor produtor de bens de produção (realizado no governo Vargas) e
Perspectiva de se alcançar uma expansão mais equilibrada entre os três departamentos básicos: produtor de bens de produção (Departamento I), produtor de bens de consumo não-duráveis (Departamento II) e produtor de bens de consumo duráveis (Departamento III). (PICCOLO, 2010, p. 123)

Também destaca-se na política econômica ditatorial a questão desenvolvimentista, alvo desse programa do Estado Restrito, culminando na articulação do capital financeiro nacional com o Sistema Financeiro estrangeiro. Com o PAEG em vigência, o tripé se consolidava nas reformas fiscal, monetária e salarial, atingindo no binômio crescimento e redução da inflação (PICCOLO, 2010, p. 127). Assim, todo o projeto político se interligava em outros setores da sociedade civil, conseqüentemente, nos estados da federação brasileira. Dessa forma, o Maranhão adentra dessa perspectiva interligando e fazendo interfaces com a política e economia no âmbito nacional.

Maranhão na lógica da Ditadura Empresarial-Militar

A pesquisa parte do período da vitória eleitoral de José Sarney em 1965 dando fim a oligarquia do *vitorinismo*, cujo principal líder estava na figura do pernambucano Vitorino Freire (1945-1965). Tal oligarquia foi marcada pelos altos índices de corrupção eleitoral em favorecimento dos candidatos aliados à ideologia política de Freire. A principal representação da corrupção exposta estava em eleitores fantasmas. Com a tomada do poder pela aliança empresarial-militar, o apoio a um candidato opositorista “fazia-se necessário que o Maranhão também mudasse” (PACHÊCO FILHO, 2015, p.49), além de salientar “o momento político reclamava outros modelos, mais modernizantes, de fazer política” (PACHÊCO FILHO, 2015, p.49), o que significava que a oligarquia de Vitorino Freire de fato havia chegado ao fim.

A inserção do Maranhão na dinâmica política e econômica do regime ditatorial que nas eleições estaduais de 1965, o candidato opositorista a Vitorino Freire, José Sarney, foi intensamente apoiado pelo presidente Castelo Branco, representando as chamadas *Oposições Coligadas*. Segundo Wagner Cabral da Costa, em sua dissertação de mestrado intitulada *Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão*,

[...] Oposições Coligadas supõe implicitamente uma teleologia, qual seja, a de um movimento político ascendente, que foi progressivamente fabricando e conquistando espaços de poder até produzir uma ruptura com o *status quo* estabelecido, alterando de forma radical a estrutura política com a derrota do *vitorinismo*. Esta concepção pressupõe uma relação antitética (e maniqueísta) entre os dois grupos envolvidos na arena política: de um lado, Vitorino Freire e seus pares, encarnando a Ocupação, um projeto autoritário e contrários às tradições maranhenses, perpetuando-se no poder através da violência e da fraude eleitoral, e do outro, as Oposições Coligadas, depositárias das legítimas tradições de liberdade e cultura da terra timbira, consubstanciando um projeto liberal, progressista e “salvacionista” para o Maranhão – a Campanha de Libertação. (COSTA, 2001, p. 11. Grifos do autor).

Wagner Cabral busca apresentar os elementos responsáveis pela vitória eleitoral de Sarney, cujo ponto de partida seria a greve de 51 em São Luís. São ressaltados os *signos da morte* e os lugares específicos da primeira fase de decadência do *vitorinismo* no Maranhão.

Elaborando um mapa vivencial e narrativo, convidamos o leitor a passear pelos lugares significativos da experiência da *balaiada urbana* e os seus signos da morte: a lógica dualista e maniqueísta, as apropriações e releituras locais do liberalismo e trabalhismo, a fabricação da memória coletiva, a redefinição da identidade regional através da reescrita da história e da tradição, a sacralização do discurso político. (COSTA, 2001, p. 14).

O autor reconstituiu o cenário histórico a partir da vitória eleitoral de José Sarney, destacando a caracterização que a imprensa local conferiu ao dia da posse como “Dia da Independência do Maranhão”, ou seja, o marco do fim do obscurantismo da oligarquia de Vitorino Freire, indicando um novo tempo sob os céus do Maranhão, ‘alegrando’ dessa forma a população maranhense, com o início do chamado “Maranhão Novo”.

31 de janeiro de 1966, segunda-feira. A cidade de São Luís do Maranhão acordou em festas com a posse do governador, José Sarney Costa, eleito em ampla maioria de votos no pleito de 3 de outubro de 1965 pelas Oposição Coligadas, num processo em que contou ainda com o beneplácito da recém instalada ditadura militar. Os jornais da oposição – Jornal Pequeno, O Imparcial (Diários Associados) e Jornal do Dia – saudaram a data de posse de maneira efusiva e entusiástica em suas manchetes. Seria a “Dia da Independência do Maranhão”, o “nosso 7 de Setembro”, o “Dia da Queda da Bastilha”, o “Dia da Esperança”, a “Hora da Libertação”, em que a “Cidade em Festa”, numa autêntica “Festa do Povo”, receberia o novo governador para dar início a um “Maranhão Livre e Progressista”, um “Maranhão Novo. (COSTA, 2001, p. 17)

As propostas do “Maranhão Novo” seriam um novo momento para o estado, dando, literalmente, fim a oligarquia vitorinista. As metas dessa proposta giravam em torno do desenvolvimento em vários setores, como a política, economia, cultura, infraestrutura, educação e indústria, a partir da plataforma do governo recém-eleito.

O mapeamento do desenvolvimento maranhense relaciona-se aos avanços econômicos, destacando as realizações que efetivamente se concretizaram, destacando que o projeto de um “Maranhão Novo” estava inserido no chamado “Milagre Maranhense”. Os jornais locais apresentavam o “tempo de desenvolvimento e altos índices econômicos”. Em um artigo, Wagner Cabral da Costa mostra os questionamentos acerca do que foi o Milagre Maranhense,

Esta “mudança” significou a incorporação do Maranhão ao projeto autoritário, excludente e repressor do regime militar, ao seu projeto de modernização conservadora. Significou ainda uma maior abertura ao processo de expansão do capitalismo monopolista na Amazônia, o qual aprofundou as desigualdades sociais, acelerou o processo de concentração fundiária, assim como a violência, a grilagem e a expulsão dos trabalhadores de suas terras, aumentando enormemente os conflitos no campo em toda a região. Por outro lado, o governo Sarney (1966-70) anunciava um Maranhão Novo, uma nova época de prosperidade e modernização. Os jornais comentavam sobre o “milagre maranhense”, pois a economia estaria crescendo a índices bastante elevados. Falava-se também em “desenvolvimento com justiça social”. E poderíamos perguntar: como os trabalhadores compreendiam e viviam esse momento? O que significava esse processo para a grande maioria da população? Que “santo” era esse? Esse “milagre” favoreceu a quem? E assim, os governos estaduais seguintes, comprometidos com a lógica de expansão do capitalismo, continuaram falando – e muito – em desenvolvimento, crescimento econômico, modernização, enfim, do Novo Maranhão que estaria surgindo. No final dos anos 1970 e nos anos 1980, alardeava-se o progresso que chegaria através dos projetos do Programa Grande Carajás (com destaque para a ferrovia da Vale do Rio Doce e para a instalação da multinacional ALUMAR em São Luiz). O governo e os

jornais noticiaram que haveria um milhão de empregos (isso mesmo, um milhão!) para os maranhenses, o que elevaria as condições de vida e trabalho de toda a população. (COSTA, 2002, p. 15-16).

Diante essa citação já temos uma ideia do projeto do “Milagre Maranhense” e a sua lógica também nos setores envolvendo o capitalismo financeiro e as formas de execução desse projeto na capital, São Luís, e nos interiores. Com a dinâmica do “Milagre Maranhense” nas proposições de desenvolvimento nos setores industriais e de infraestrutura, surge outro ponto importante ao longo do governo Sarney: a chamada Lei de Terras de 1969, conhecida também como, Lei de Terras Sarney, aprovada em 17 de julho de 1969, mas sendo regulamentada pelo Decreto 4.028 de 28 de novembro de 1969.. Essa lei deu sustentação jurídica para a consolidação do latifúndio no Maranhão.

A Lei de Terras Sarney se insere na lógica do “Milagre” Victor Asselin em sua obra *Grilagem: corrupção e violência em terra do Carajás* (2009) afirma que a Lei de Terras de 1969 abre o Maranhão para o capital multinacional, ocasionado corrupção e intensa grilagem em terras maranhenses. Para Asselin, o Maranhão ingressa na seguinte lógica,

Era o “Maranhão Novo”, o “Maranhão Carajás” que já esboçava. Foi o tempo da criação da infraestrutura, que permitiu a atração dos capitais sulistas e estrangeiros. Foi o tempo da construção das estradas que cortaram o Estado, ligando, em primeiro lugar, a capital, São Luís, com as capitais vizinhas, e depois penetrando nas regiões do Pindaré e Tocantins. (ASSELIN, 2009, p. 152)

O incentivo à grilagem⁵ é outro ponto que se destaca com a implementação da Lei de Terras. A questão da terra se torna uma problemática no Maranhão, pois a ideia de uma Reforma Agrária se torna um projeto longínquo. Com isso, as famílias agricultoras de pequeno porte acabam por ser os maiores atingidos. Asselin expõe os ditames da relação grilagem e Estado.

Percebe-se claramente: houve incentivo da grilagem por parte do governo, o que resultou na legitimação de todos os que já vinham se beneficiando com as fraudes anteriores e no envolvimento do Judiciário e de outras autoridades como comparsas dos negócios. (ASSELIN, 2009, p. 158)

Com isso, havia os investimentos que viam das superintendências de desenvolvimento, SUDENE e SUDAM, que promoviam e incentivavam grandes projetos no seio do Estado para alavancar o desenvolvimento do Estado. Em consonância, a SUDAM liberava investimentos para aqueles que solicitavam e apresentavam propostas condizentes a tal aplicação.

A SUDAM também atuou em cheio, promovendo e incentivando os grandes projetos. Estar de posse de uma área de 20 mil a 60 mil hectares era condição prévia para merecer atenção da SUDAM. Os interessados, então, faziam uma carta-consulta à SUDAM, onde apresentavam um projeto agropecuário ou madeireiro,

⁵ O termo grilagem vem da descrição de uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. A grilagem acontece até hoje devido às deficiências encontradas no sistema de controle de terras no Brasil. Apesar das diversas propostas, o governo ainda não implementou um registro único de terras ou ao menos um cadastro específico para as grandes propriedades. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/ameacas_riscos_amazonia/desmatamento_na_amazonia/grilagem_na_amazonia/>. Acessado em 16 de Julho de 2016.

com todas as fases de execução já programadas, e aguardavam a resposta. (ASSELIN, 2009, p.165)

As discussões em torno da questão da terra relacionam-se aos investimentos capitalistas e à apropriação de terra, sobretudo as terras devolutas⁶ que seriam destinadas aos posseiros⁷ e/ou agricultores de pequeno porte por meio de titulação de terras.

Regina Luna em sua obra intitulada *A terra era liberta: um estudo da luta dos posseiros pela terra do Vale do Pindaré* (1985) discute a relação da terra ocupada pelos posseiros, terras devolutas e grilagem. A autora afirma que a forma de apropriação de terras feita pelo posseiro é uma maneira de um trabalho direto (LUNA, 1985, p. 21), ou seja, a forma da utilização da terra ao seu bem próprio (sustento e agricultura subsidiária) legítima como “pertencente” dessa propriedade. Além disso, a Lei de Terras de 1969 vem, em tese, amparar esse pequeno agricultor concedendo titulação da terra, mas o que, na maioria das vezes, as corrupções grileiras em relação a essa documentação e, conseqüentemente, a tomada da propriedade, para Luna, “são os interesses capitalistas na apropriação das terras” (LUNA, 1985, p. 22).

Este tipo de concepção se contrapõe aos interesses dos novos grupos interessados na terra – empresários, capitalistas, grileiros, fazendeiros – a partir da expansão capitalista na região, quando a terra passa a ter um significado econômico, possuindo um valor no mercado. A terra é encarada como mercadoria. É a “terra comprada”, é a “terra de documento” que passa a ser encarada não apenas como meio de produção, mas também como reserva de valor, um negócio altamente rentoso. [...] Os camponeses não conseguem perceber imediatamente a lógica do capitalismo e não aceitam que a terra possa ser um negócio legitimado juridicamente. (LUNA, 1985, p. 22)

Percebe-se claramente que o capitalismo está intrinsicamente ligado e interligado com as posses de terras, sendo essa legal ou ilegal. Diante disso, a formação do latifúndio em terras maranhenses dá-se pelo poder aquisitivo legitimado pelo grande capital financeiro estrangeiro.

Os Aparelhos Privados de Hegemonia e o “Milagre” do Maranhão

Trabalhar com impressos requer uma atenção diferenciada, pois a parte teórico-metodológica é crucial para sustentar novos estudos sobre o tema. Os principais impressos presentes no Maranhão durante o período da Ditadura Empresarial-Militar, são: *O Imparcial*, *O Dia* – vale ressaltar que o jornal *O Dia* é comprado por José Sarney e Bandeira Tribuzzi em 1973, transformando-se em *O Estado do Maranhão* – e *Jornal Pequeno*.

Maria Helena Capelato discorre acerca da imprensa como “força política” (CAPELATO, 1988, p. 13), ou seja, a força desse aparato, numa concepção gramsciana,

⁶ Terras devolutas são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. O termo “devoluta” relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27510-o-que-sao-terras-devolutas/>>. Acessado em 16 de Julho de 2016.

⁷ Quem de alguma forma está em uma área de terra e lhe tem a posse. “É todo trabalhador rural que, independente de justo título e boa fé, apossa-se de imóvel rural, público ou privado, tornando-o produtivo com seu trabalho, e nele tendo sua morada habitual”, segundo Alcir Gursen de Miranda. Disponível em: <<http://www.orm.com.br/tvliberal/revistas/npara/edicao3/infra/glosario.htm>>. Acessado em 16 de Julho de 2016.

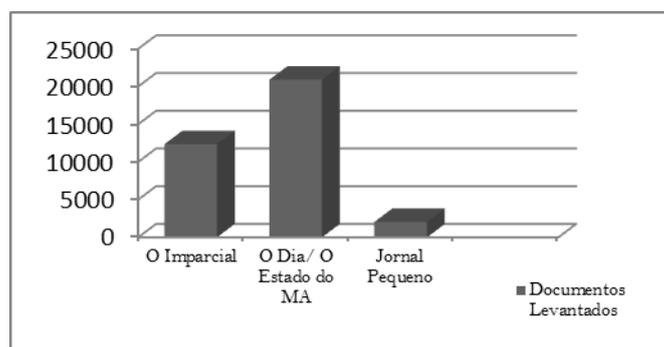
exerce a função de organizar a vontade coletiva, atuando como aparelho privado de hegemonia. Capelato destaca que os impressos podem desempenhar posições em favorecimento ou não de um determinado governo ou empresariado.

A imprensa registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes. Compete ao historiador reconstituir os lances e peripécias dessa batalha cotidiana na qual se envolvem múltiplas personagens. (CAPELATO, 1988, p.13)

Diante disso, percebe-se a necessidade do rigor metodológico do historiador diante dessa documentação. A grande imprensa está vinculada aos interesses políticos⁸ e o lucro (grande capital) (CAPELATO, 1988, p. 15). Isso mostra que esse aparelho privado de hegemonia atua de forma parcial na apresentação do espaço destacado e a organização das matérias, imagens e outros já apresenta uma posição política.

O diagramador organiza as imagens, o título principal e secundários, a subdivisão dos textos com fios grossos e finos, espaços cheios e vazios; manipular o contraste entre o preto e o branco, considerados os principais elementos do trabalho gráfico. A empresa jornalística coloca no mercado um produto muito específico: a mercadoria política. Nesse tipo de negócios há dois aspectos a se levar em conta – o público e o privado (o público relaciona-se ao aspecto político; o privado, ao empresarial). (CAPELATO, 1988, 17-18).

Gráfico 1 – Principais Jornais Maranhenses – Publicações sobre o “Milagre Maranhense” (1965-1970)



*Elaboração Própria

No período do governo de José Sarney, os jornais O Imparcial e O Dia são os que mais se dedicam à análise das realizações e projetos governamentais. São temáticas recorrentes as ações políticas previstas pelos planos governamentais, na figura do “Maranhão Novo” e as articulações do “Milagre Maranhense”, representadas no desenvolvimentismo dos setores de infraestrutura, indústria e também na questão de apropriação de terras no interior do estado. O Jornal Pequeno não confere grande destaque aos assuntos voltados à política econômica, tratando, sobretudo, de assuntos cotidianos da população. Nessa perspectiva observa-se sobre a promulgação do progresso em parceria com bancos,

Mas o Departamento de Relações Públicas do importante estabelecimento está convencido de que a principal mercadoria de um banco não é o dinheiro, mas o

⁸ Numa compreensão gramsciana, os interesses políticos estão ligados à nacionalização do projeto articulado pelos Intelectuais Orgânicos, ou seja, para além da política, a vinculação com outros setores da Sociedade Civil serão de suma importância para que esse projeto se torne hegemônico.

progresso que ele possa deflagrar com a utilização. [...] Por isso e porque tem procurado, na medida das limitações creditícias de todos conhecidas, proporcionar aos maranhenses um pouco de seu estímulo, o Banco Nacional do Norte já desfruta de prestígio entre nós e receberá, por certo, as homenagens a que faz jus durante as festas do seu “Jubileu de Prata”⁹ (O Imparcial, 15/01/1967).

Politicamente, o jornal O Imparcial posicionava-se a favor dos projetos governamentais. Suas publicações destacavam o “bom desempenho” do governo, como por exemplo, que se refere aos investimentos das Superintendências de Desenvolvimento para fomentar o desenvolvimento das indústrias locais.

O Conselho Deliberativo aprovou financiamentos para duas firmas industriais do Maranhão, no caso “Neves e Filhos Ltda”, estabelecida em Cantanhede e “Cacique Indústria de Roupas Ltda”. As duas estão enquadradas no programa de financiamentos à pequena e média indústrias. Por outro lado, foi aprovado o Plano de Contenção e Disponibilidade de Recursos Orçamentários da SUDENE para o ano 1969, que passou de NCr\$ 183.417.000 para NCr\$ 119.933.179 e que terá disponível para liberação a importância de NCr\$ 68.974.920. (O Dia, 28/02/1969, p. 5)

Desse modo, os investimentos nas indústrias eram publicizados como o marco da “funcionalidade” do projeto do “Milagre Maranhense” apresentado e apoiado pela cúpula do empresariado maranhense e estrangeiro. Trazendo para uma lógica teórica, Marx chama essa ação do “sistema monetário e mercantil, que desemboca diretamente no comércio mundial” (MARX, 2008, p. 201), ou seja, aplicação dessa administração no cunho político-econômico. Além disso, a compreensão dessa lógica recai também na questão da terra, pois esses investimentos do empresariado são interessantes ao fundamento do capital (LUNA, 1985), sendo diretamente ligado ao Estado e capital financeiro. Como forma de pôr em prática os ditames da Lei de Terras de 1969, os impressos também reforçam essas aplicações feitas pelo governo.

As terras devolutas do Estado poderão ser alienadas ou concebidas em caráter oneroso, mediante requerimento dos interessados. Essas terras serão oferecidas à concorrência ou à hasta pública, ou ainda aplicada a destinações especiais. Isto é o que consta da Lei de Terras, decretada pelo Governador José Sarney. As devolutas do Estado serão cedidas sempre em caráter oneroso, salvo ficar comprovada a necessidade com empreendimento de relevante interesse social ou iniciativa pioneira na economia da região, implicando, no último caso, na participação do Estado nos resultados financeiros. (O Dia, 03/01/1970, p.5)

Assim sendo, os projetos presentes na agenda do chamado “Milagre Maranhense” conseguiram amplo apoio da imprensa local, o que muito contribuiu para a construção do consenso em torno de ações governamentais que muito se afastavam de beneficiar parcelas significativas da população maranhense, como a Lei de Terras, por exemplo.

Considerações Finais

Tendo em vista a documentação disponível até o momento, a perspectiva tomada está na busca das relações que os impressos, como Aparelhos Privados de Hegemonia, com o objeto proposto. Com o arcabouço teórico gramsciano norteando a pesquisa, percebemos pelo levantamento e as notícias expostas, o Maranhão estava inserido na

⁹ É um quarto de século de serviço da economia brasileira. Comemoração da festa de investimentos do BNN. (O Imparcial, 15/01/1967)

lógica da Ditadura Empresarial-Militar, apoiando o projeto governamental proposto pela cúpula articuladora do golpe. Percebe-se até o momento que o Maranhão, de acordo com os impressos, que sua fração de classe dominante apoiava e ainda incorporava as ideias para o estabelecimento das práticas no seio do estado.

A necessidade de estudos que tomem o Maranhão Contemporâneo como objeto ainda é uma realidade. São ainda escassas as análises que estabeleçam suas particularidades diante do cenário político econômico nacional, que revisitem o governo estadual de José Sarney e que confirmem destaque à trajetória política de Sarney, figura central na República brasileira.

As pesquisas em torno da figura José Sarney são de extrema necessidade, por haver poucos estudos e análises, sobretudo no campo da História. Nesse caso, os historiadores são responsáveis em apresentar o contexto histórico e analisar por meio do mapeamento documental disponível nas bibliotecas públicas e arquivos públicos toda a perspectiva de projeto e os posicionamentos da sociedade civil.

Ainda há muito que se fazer. O primeiro passo foi dado, agora cabe uma excelente seleção documental, um bom desempenho no trabalho e a execução com êxito da pesquisa. Dessa forma, o conhecimento do estado do Maranhão na figura de José Sarney é de suma importância para o acréscimo do saber, mas, para além disso, é entender como o Maranhão se comportou diante o cenário político e ainda os primeiros anos do fim de uma oligarquia, para o começo de outra. E as heranças deixadas pelas disputas políticas.

Referências Bibliográficas

I) Reportagens dos jornais

“Concorrência Pública para cessão e terras devolutas do Estado.” (O Dia, 03/01/70)

“SUDENE aprova financiamentos para Indústrias no Maranhão.” (O Dia, 28/02/69)

“BNN promoveu progresso” (O Imparcial, 15/01/67)

II) Obras Gerais

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz, MA: Editora Ética, 2009.

BELO, Werbeth Serejo. **Uma perspectiva “Imparcial” do “Milagre Econômico”: construindo o consenso em torno do projeto desenvolvimentista**. Monografia Conclusão de Curso de Graduação em História. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2015.

CAPELATO, Maria Helena. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão**. Campinas, SP: Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciência Humana, 2001.

_____. Novo Tempo/ Maranhão Novo: quais os tempos da Oligarquia?. In. SOUSA, Moisés Matias Ferreira de (org.). **Os outros segredos do Maranhão**. São Luís: Editora Estação Gráfica, 2002, p. 13-24.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um novo estudo sobre seu pensamento**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FICO, Carlos. **Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

KOWARICK, Marcos. **Amazônia-Carajás Na trilha do saque: os grandes projetos amazônicos**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1995.

- LUNA, Regina Célia M. **A terra era liberta: um estudo sobre a luta dos posseiros pela terra no Vale do Pindaré – MA**. São Luís: EDUFMA, 1985.
- MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Para uma História do Tempo Presente: o ensaio de nós mesmos. In: **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.17, p. 137-151, 2009.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MELO, Demian Bezerra de. “Ditadura “civil-militar”?: controversias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente”. Cascavel, **Espaço Plural**, ano XIII, nº27, 2º sem, 2012, p.39-53.
- NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- NETTO, José Paulo. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.
- PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. “E porque muitos juraram para traír...”. São Luís: UDUEMA, 2015.
- PICCOLO, Monica. **Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Niterói, RJ: Tese de doutorado, 2010.
- _____. “PND e PED: agentes e agências na construção da hegemonia do projeto privatista (1964-1974)”. In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas; CAMPOS, Pedro Henrique P. (org.). **Ensaio de História Econômico-Social: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2012.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.